

## PROJETO DE RESOLUÇÃO PRS/0008.9/2020

Institui a assinatura digital na tramitação dos processos eletrônicos legislativos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

Art. 1º Fica instituída a assinatura digital nos processos eletrônicos legislativos, na sua instrução e tramitação na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Rialesc).

§1º A assinatura digital deve ser adotada em todas as proposições previstas no Art. 178 do Rialesc, e outros documentos, conforme descrito:

I – propostas de emenda à Constituição do Estado;

II – projetos de lei complementar;

III – projetos de lei ordinária;

IV – projetos de lei delegada;

V – projetos de conversão em lei de medida provisória;

VI – projetos de decretos legislativos;

VII – projetos de resoluções;

VIII - emendas:

IX – requerimentos, ofícios, moções e indicações;

X – pedidos de informação;

XI - recursos; e

XII – proposições da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças e Tributaçã; e

XIII - Pareceres;
XIV - Oficios;
XV - Memoriais;
XVI - Convites; e

XVII – Demais documentos de competência da ALESC, previstos em Lei ou no Regimento Interno.

Ao Expediente da Mesa
Em 120120
Deputado Laércio Schuster

11/



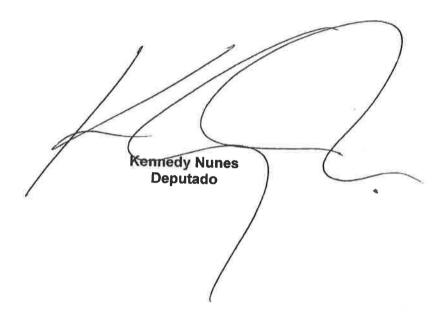


Art. 2º A assinatura digital deverá ser pessoal e intranferível, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§1º É permitida a aposição de mais de uma assinatura digital em um único documento.

publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data ce sua







40

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo regulamentar a Assinatura digital no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acompanhando a evolução tecnológica é um caminho sem volta, a transformação em uma sociedade digital esta cada vez mais presente em nossas vidas, diante disso a disponibilização de documentos com assinaturas digitais tornam-se mais práticos, produtivos e de maior segurança. Os métodos tradicionais de assinatura e autenticidade de documentos cada vez mais vem sendo substituídos por inovações tecnológicas, como é o caso das assinaturas digitais.

A assinatura digital é amplamente utilizada em assuntos privados, em transações legais, já é uma prática obrigatória em processos do Poder Judiciário, e também já se encontra implementada no Poder Executivo, ao passo que esta Casa ainda não aderiu a assinatura digital.

Ainda destaco a questão da sustentabilidade e a redução de custos, uma vez que, a impressão de papeis será reduzida, apenas lançando a assinatura no próprio documento a ser protocolado ou enviado.

Ante o exposto, submeto à consideração desse Colegiado o presente Projeto de Resolução, na expectativa de que seja adotada a autoria pela Mesa, nos termos do at. 63, XV, do Regimento Interno deste Poder.